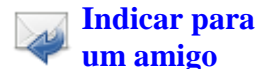


Projetos são aprovados em Extraordinária

18/04/2011



Os vereadores votaram na segunda-feira (18) o Projeto de lei nº 018/2011, que cria o cargo comissionado de assessor de eventos Turístico-Culturais vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia.

O Projeto foi aprovado por maioria de sete votos a três, em primeira votação, durante a reunião ordinária, e em segunda votação, na extraordinária, realizada na mesma data, sem remuneração aos vereadores.

A terceira votação foi dispensada, por solicitação do vereador Luis Eduardo (PDT), presidente da Comissão de Justiça e Redação da Casa. A dispensa foi aprovada por unanimidade.

O vereador Marcos Nunes (PT) votou contra o Projeto, alegando não sentir segurança na criação de cargos comissionados e se posicionando a favor de concurso público para todas as contratações.

A vereadora Cristina Fontes (DEM) concordou com colega e lembrou que solicitou ao Executivo há meses uma relação dos cargos comissionados da Prefeitura, e não foi atendida. Cristina protestou contra a falta de resposta, a qual considera um desrespeito do Executivo com o Legislativo.

Entre os vereadores favoráveis, Luis Eduardo lembrou a falta de eventos turísticos no município e declarou que espera que a criação do cargo melhore as políticas nessa área.

Projeto de lei nº 030/2011

O Projeto de lei nº 030/2011 que propõe a alteração dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 3º da Lei 1.593/2004, para que ao invés de 100 % (cem por cento) dos cargos e funções de gerenciamento de serviços de saúde serem preenchidos por profissionais concursados, ele passa a ser 70% (setenta por cento), e os outros 30% por recrutamento amplo que são cargos comissionados, também foi votado pelos vereadores.

O Projeto também foi aprovado em primeira votação, na reunião ordinária, com apenas um voto contra, e em segunda votação, na extraordinária. Sendo a terceira votação dispensada, pelo vereador Luis Eduardo (PDT).

“Sou contrário a maneira como vem sendo colocado, não estou fazendo voto de protesto, estou apenas defendendo o município. Procurei entender o Projeto, que diz que o recrutamento amplo é necessário, porque não existem quantidade de profissionais qualificados. Dessa forma, acho que estão precarizando o serviço, não defendendo o

município”, foi a justificativa do vereador Marcos Nunes (PT), pelo seu voto contrário ao Projeto.

A justificativa para o Projeto diz que devido à complexidade da Secretaria Municipal de Saúde é necessário o recrutamento amplo de coordenadores de serviço, pelo fato de que no organograma (Lei 1160/96) constam 15 coordenações e, hoje, não existe quantitativo de profissionais especializados para gerenciar tais serviços.